

ASSOCIAÇÃO JUNDIAIENSE DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEP.
CIONAIS. // Intercâmbio de técnicos. // Jundiaí,
SP, 1962. // 6 f. // mimeogr.

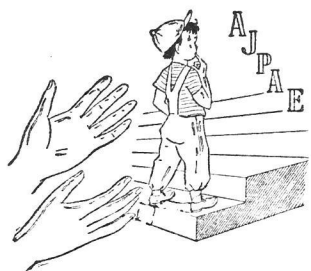
CH

me

I. ENFELDT, Ignez A. de Oliveira e Silva &
ENFELDT, Guilherme

~~CIÊNCIAS DA LINGUAGEM / LANGUAGE SCIENCES~~

~~12.310~~



Associação Jundiaense de Pais e Amigos dos Excepcionais

(DE UTILIDADE PÚBLICA LEI 1073, 16/11/59. MUNICIPAL)

Séde Provisória: RUA DO ROSÁRIO, 145 — FONE, 5415

————— J U N D I A Í —————

REGISTRO 193/59, 19/8/61, NO
SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO



OFICINA PEDAGÓGICA
"SANTO ANTÔNIO" À
RUA SENADOR FONSECA, 914
TELEFONE, 5658

INTERCÂMBIO DE TÉCNICOS

(Contribuição da ASSOCIAÇÃO JUNDIAENSE DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, Autoria da Supervisora da Entidade, profa. Ignez A. de Oliveira e Silva Enfeldt, e secretário geral sr. Guilherme Enfeldt)

Considerando a época atual, em que os técnicos ocupam lugar de destaque em tôdas as atividades humanas, vemos a necessidade sempre crescente de maior número de especialistas, principalmente na Educação onde o técnico é a base.

Sem o professor, principalmente o primário, caminhando e orientando ao lado da família, jamais teremos outras especializações que satisfaçam plenamente o progresso de uma nação.

Vemos, por isso, que o problema de técnicos caberia em todo um conclave, se quizermos estudá-lo nos seus mais variados aspectos. E na educação do excepcional precisamos ter maior cuidado - na seleção do pessoal especializado, para não piorar a sua condição psicológica, já por si deficiente. Sem uma equipe bem selecionada, as APAEs fatalmente perecerão.

A ASSOCIAÇÃO JUNDIAENSE DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, fundada a 7 de setembro de 1957, já com cinco anos de experiência, e considerando também a existência de sua Oficina Pedagógica Santo Antônio, pioneira no Estado de São Paulo, oferece aqui a sua colaboração neste encontro de APAEs.

São cinco anos de trabalhos e realizações nesse campo árduo e complexo da educação especializada para o retardado mental.

As dificuldades são enormes principalmente na procura de professores, mestres, psicólogos, psicologistas, assistentes sociais, afinal, a equipe de técnicos, necessária para ministrar uma educação completa.

Nesta época de grande evolução, em que tôda a humanidade se agita, e quando os Governos mais necessitam de firmeza, de resoluções certas, surge também a gravidade do problema educacional mormente quando o Ministério da Educação se empenha na concretização do Plano Nacional de Educação.

Êsse plano trata da educação dos setores primário, secundário, profissional e universitário. Nada, porém, sôbre educação do excepcional. Êsse foi o esquecido, o ausente, e, no entanto, dois por cento de carentes incide na população. Chega até a três por cento. Neste particular a AJPAE dirigiu ofício ao ilustre Ministro da Educação, dr. Darcy Ribeiro, elogiando o Plano, mas lamentando essa ausência.

Nos seus cinco anos de atividade, a AJPAE programou e realizou cursos para pais e educadores, promovendo a divulgação da educação especializada para o retardado mental e tendo, também, como objetivo um convite ao professorado primário para dedicar-se ao ensino especializado.

Já em 1955, por ocasião do III Centenário de Jundiaí, realizávamos um Curso para Pais e Educadores, a cargo da Educadora Noemi Silveira Rudolfer, com grande audiência. Foi êsse curso como que uma preparação para o nascer da AJPAE. Data dêsse tempo a nossa maior atenção para com os excepcionais, levando-nos a pensar firmemente e a concretizar aquilo que até então era um sonho.

DAS BOLSAS DE ESTUDOS

Das bolsas de estudos para professores, ofertadas pela APAE do Rio e Belo Horizonte e Ministério da Educação, sômente uma educadora trabalhou conosco mediante contrato. De outros três bolsistas, que estiveram no Rio e em Belo Horizonte, a entidade não colheu qualquer fruto, apesar de terem assumido compromisso com a Diretoria. Diante dêsses fatos a Diretoria da AJPAE sente-se desanimada e trata de promover outros interêsses para que o professor se apresente.

Outra dificuldade que se nos apresenta e que reclama providências urgentes é o que se refere a comissionamento de professores.

Professôres há, como em Jundiaí, regentes efetivos em grupos-escolares, que, comissionados em Campinas, no Instituto de Educação, fizeram o seu curso de especialização. Concluído o curso foram convidados pela AJPAE para prestar serviços docentes junto à organização. Não aceitaram o convite. Iriam ingressar na Faculdade de Direito, ou então continuariam a lecionar nas classes comuns a que pertencem. E nós continuamos naquele problema sem solução:- falta de técnicos. E esta situação acarreta novos problemas. Outros casos há, de professores que vivem em contínuos comissionamentos, fazendo cursos os mais variados, e assim sem tempo para lecionar em estabelecimento algum!

Nada existe aqui contra o preparo do professor. Êle precisa e deve sempre estar atualizado. É uma necessidade o seu preparo.

É preciso, porém, uma solução para o problema. Que o professor tenha o seu preparo, mas que reserve também uma parte de seu tempo para retribuir aquilo que recebeu. Que freqüente cursos, e uma vez êstes terminados, se obrigue a lecionar pelo menos durante um ano na especialização que freqüentou.

Se já não há técnicos, e quando o Estado procura formá-los - surgem abusos assim, o problema se agrava mais, como vem sendo agravado até aqui.

Na nossa experiência tivemos contatos com professores, psicólogos, assistentes sociais, etc. Pudemos notar que, embora percebendo honorários que pediram, por dia de trabalho, muitos não satisfizeram o espírito que deve nortear essa dedicação, tão necessária nesse trabalho.

Muitos dêles deixaram a função sem qualquer justificativa, sem qualquer aviso, e sem completar a tarefa. Outra dificuldade, que a cada passo encontramos, é a falta de meios financeiros para enfrentarmos as grandes despesas com a educação do excepcional.

E é preciso não nos esquecermos dessa parte tão importante na vida de todos, principalmente de um especialista. Êle precisa ganhar bem. Bons professores, dedicados, idealistas, fazem jús a um salário melhor, mormente quando há necessidade de um preparo contínuo e sempre atualizado dêsse educador. Para bons técnicos, salários altos, e, então teremos equipes altamente selecionadas e ótimo ensino especializado.

Outro fato que dificulta muito as APAEs é a questão de verbas. Estas deveriam ser pagas sem dificuldades, sem ingerência política. E deveriam atender as necessidades das APAs para que estas não precisem recorrer a rifas, festivais, quando já enfrentam um grande e complexo problema.

SUGESTÕES

Caberia à Secretaria da Educação ter um serviço de observação junto ao professorado, para saber quais os que são dedicados e que se entregam realmente à causa educacional e facilitasse o seu ingresso no ensino especializado.

Mas, não é suficiente o preparo técnico. É preciso um grande amor pela causa, para uma dedicação plena e satisfatória.

Não podemos e não devemos nos esquecer, também, da econômica: referímo-nos aos salários. Salário melhor para o professor especializado. Enquanto o Estado não melhora o salário do professor especializado, não haverá estímulos para que surjam técnicos.

O Estado, a União e os Municípios devem destinar verbas para o preparo de técnicos para as APAEs. A estas caberia pagar os técnicos da parte econômica

cos e selecioná-los de acôrdo com a sua capacidade e dedicação.

Junto às APAEs seria também necessária a instalação de Clínicas Psicológicas. Não sendo ainda possível para as entidades, o Estado devia instalá-las junto aos Centros de Saúde, preferencialmente junto às APAEs, que destinariam local próprio para tal fim. Uma clínica psicológica traria enormes benefícios à obra educacional das APAEs, mormente quando se sabe ser dispendioso um tratamento psiquiátrico.

Creemos, por isso, na necessidade urgente de contarmos com uma Federação das APAEs, estadual e nacional, em condições de enfrentar, entre outros problemas, o da distribuição de técnicos com todas as possibilidades de êxito.

Federação estadual e nacional teriam entendimentos com o Estado e União, respectivamente, dirigidas ambas, sempre, exclusivamente por diretores de APAEs.

A Federação caberia cuidar do problema dos técnicos, para selecioná-los de acôrdo com as necessidades das entidades constituídas. Ou a Federação Estadual ou a Nacional, ou conjuntamente, de acôrdo com as necessidades, trariam técnicos do estrangeiro ou dos Estados para ministrarem cursos para professores junto às APAEs, - que seriam reunidas em região.

Temos notícia de técnicos estrangeiros que vêm ao Brasil e ficam no Rio ou em Belo Horizonte e em São Paulo. Em outras cidades, onde há APAEs, não contam com êsse recursos. Em centros como Rio, - Belo Horizonte e São Paulo já há mais recursos do que no interior. Em Jundiaí esteve o prof. Kennet Lowell, de Leeds, Inglaterra, trazido pela brilhante educadora dra. Noemi Silveira Rudolfer e que aqui pronunciou substanciosa palestra ilustrada com filme sôbre a educação de mongoloides.

A visita, sobremaneira honrosa para Jundiaí, não só prestigiou a entidade como divulgou de maneira clara e eficiente o problema do mongoloide.

Poderiam também através da Federação promover cursos de técnicos brasileiros no estrangeiro.

Em cada cidade onde existir APAEs esta promoveria convênios - também com a Prefeitura Municipal para que esta cedesse seus recreacionistas dos Parques Infantis. Sabemos que êsses educadores contam com cerca de quarenta atividades que viriam colaborar na educação do excepcional.

Para fazer frente ao déficit de educadores para excepcionais, e de mestres e especialistas para Oficinas Pedagógicas, o Estado - poderia recorrer às APAEs que estejam perfeitamente instaladas com Oficinas Pedagógicas.

Não tem o Estado junto a classes especiais em Grupos Escolares

oficinas pedagógicas, quando não mais se discute essa necessidade para a educação do retardado mental. E não é interessante ao Estado instalá-las por várias razões, dentre elas a falta de locais apropriados, a necessidade de pessoal especializado para as oficinas e que são raros, o custo das máquinas e instalações, quando tudo isso pode ser evitado custando aos cofres do Estado muito menos em benefício do próprio ensino, contribuindo pela sua melhoria nas entidades e com elas colaborando (cooperando).

Esse tipo de educação poderia ser feito em regime de cooperação Estado-APAEs. Aquêles promovendo o pagamento dos técnicos já existentes e contribuindo com auxílios eficientes.

Onde o Estado contar com classes especiais junto a Grupos Escolares, e uma vez que não conta com oficinas, faria com as entidades convênio para que os mesmos alunos das classes especiais pudessem frequentá-las. As Oficinas Pedagógicas contribuem de maneira decisiva para a recuperação do retardado mental. Nela o aluno vê e sente outras atividades onde êle pode se desenvolver na vida prática. Dar uma profissão a um aluno é mais importante. É um problema que infelizmente os senhores pais dêsses alunos não compreenderam ainda, julgando ser mais útil aprender a ler e a escrever, esquecendo-se de uma profissão.

Isso ocorre justamente no instante em que a mão de obra qualificada atinge no Brasil altos níveis salariais, superando em muitos casos, salários de nível universitário.

Um encadernador capaz, um elemento preparado para trabalhar em vime, um sapateiro mesmo para consertos de calçados, todos encontram trabalho e são bem remunerados.

Teria assim o aluno o seu dia tomado com estudos, com aprendizagem útil, com uma contribuição maior para a sua recuperação.

Visa a sugestão contribuir no campo da educação para o carente, uma vez que ficou comprovado ser indispensável não só aulas teóricas, mas principalmente de oficinas para a maioria dos casos de recuperação de retardados. Dar a êstes apenas alfabetização, o que nem todos alcançam, não é dar-lhes tudo.

E, antes, negar-lhes oportunidade que oferece uma oficina pedagógica, a exemplo de Leeds, na Inglaterra, onde oficinas funcionam há 75 anos para firmas industriais.

A formação de professores especializados será facilitada junto às cadeiras de Educação dos Institutos de Educação. Estágios dos professorandos junto às Oficinas Pedagógicas, selecionando-se os elementos mais capazes, contratando-os uma vez façam em seguida ao curso uma especialização, com estágio nas Oficinas, acreditamos ser o caminho indicado.

A divulgação do problema tem parte com a formação de técnicos -

cos, porque êle praticamente é nôvo no Brasil. Ela deve ser feita não só nos cursos de formação de professôres, com aulas, palestras mas também nas aulas dos cursos primários, nas escolas isoladas, - nos Grupos Escolares, nos educandários em geral. A "SEMANA DA CRIANÇA RETARDADA" deve ser de âmbito nacional, com preleções em todos os educandários.

As Federações dos Estados e da União realizarão uma rêde de divulgação. Só elas terão fôrças para lutar e obter um lugar ao sol ao retardado mental. Só elas terão fôrças para a formação de técnicos, para um intercâmbio de técnicos estrangeiros e mesmo para qualquer movimento que vise a formação do pessoal especializado desde serventes. Teremos aássim dado àquele ser um raio de sol que o levará ao lugar que lhe compete no seio da sociedade.

INTERCÂMBIO DE TÉCNICOS OU INTERCÂMBIO TÉCNICO ?

O tema foi exposto para estudos. Foi resumido ao máximo; muita coisa ficou por dizer. E no entanto êle se constitui num tema do qual depende a sobrevivência das APAEs, do que somos obrigados a pedir especial e carinhosa atenção do I Encontro das APAEs.

Nós mesmos, indicados oficialmente para apresentar êste trabalho, chegamos a uma conclusão a que todos chegarão infalivelmente, daí a pergunta que fazemos aos que aqui estão, dando de si um pouco para aquêles aos quais a sociedade não tem dado tudo:

Já que não temos os técnicos, não seria melhor
falamos de intercâmbio técnico com tôdas as
vantagens que êle traz?